



I - ASPECTOS HISTÓRICOS DA LUTA PELO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE SÃO PAULO

Certos empreendimentos, sobretudo aqueles destinados à utilização da população, não podem prescindir do controle direto do Estado, em razão da multiplicidade de fatores econômicos, sociais e ecológicos que envolvem. Dentre eles, incluem-se, indubitavelmente, as fontes de produção de energia elétrica.

Roosevelt, um dos grandes Presidentes dos Estados Unidos e que construiu o Boulder Dam e regularizou o Vale do Tennessee, sintetizou a sua visão de estadista com respeito aos complexos problemas dos cursos d' água e das fontes de energia, quando, em Looking Forward, assim se expressou:

“ Um ponto importante na orientação a seguir, consiste em que todas as fontes de energia hidroelétrica que pertencem hoje ao povo, continuem em seu poder. Este é um princípio tão radical como a Liberdade, tão radical quanto a Constituição dos Estados Unidos. Enquanto eu for Presidente dos Estados Unidos, o governo federal não se desfará de sua soberania e controle sobre as fontes de energia que possui ”.

Infelizmente, em nosso meio, não ocorreu, exatamente, conforme a sábia recomendação do ilustre presidente americano; pelo contrário, nossos recursos hídricos, principalmente os de São Paulo, foram explorados durante várias décadas, por uma empresa multinacional que, por intermédio de sucessivas concessões, muitas das quais totalmente contrárias ao interesse público, mercê da subserviência e da corrupção, silenciou todas as vozes discordantes que pretendiam um melhor aproveitamento das águas.

Tais concessões, analisadas sob os aspectos econômico, social e ecológico, acabaram por legar ao nosso povo, nos dias de hoje, afora as incomensuráveis sangrias econômicas, algo ainda pior: as cicatrizes e mutilações de uma verdadeira anti-engenharia a serviço do lucro imediatista e predatório homologadas pelas repartições públicas, muitas vezes dirigidas por tecnocratas insensíveis, que se encarregaram de afastar os projetos desenvolvidos por brasileiros honrados, cedendo lugar àqueles impostos pela multinacional.

E, como corolário, assistimos no ano de 1.979, à aquisição da Light pelo governo brasileiro, envolta até o final da transação, em inexplicável mistério, ocorrida por ocasião do recesso do Congresso Nacional, e as vésperas do vencimento do prazo da cláusula que, 1.990, deveria transferir ao Brasil, sem qualquer ônus, todo o acervo patrimonial daquela concessionária. E o povo brasileiro, assim, além de virtualmente lesado como contribuinte, é, pois, condenado a arcar com a inusitada herança, representada pelas cicatrizes e mutilações anti-engenharia executada ou fomentada pela Light, convertidas em fatores de uma insensata penalização social.

A Light recebeu concessões sobre o Rio Tietê a partir do pedido de Alexander Mackenzie ao Congresso Estadual em 1906. Naquela época, a empresa só tinha uma usina que produzia energia elétrica, a chamada Usina do Rasgão, com capacidade de 20.000 quilowatts a jusante da Capital (abaixo da Capital) e, nessa ocasião, solicitou permissão para represar o Rio Guarapiranga, com o objetivo de ter água reservada para, nos períodos da seca, poder alimentar essa Usina. Não havia, pois, nesse caso, qualquer incompatibilidade com o abastecimento, pois essas águas, primeiramente, serviriam a população, para, posteriormente, irem alimentar a usina, na altura de Santa do Parnaíba.

A incompatibilidade teve origem em 1924, com as instalações por parte da Light da Usina de Cubatão. No início, igualmente, não houve qualquer problema, pois essa usina geradora de energia elétrica funcionava com as águas do Rio Grande e outros, e que formavam a Represa Billings, que durante algum tempo conciliava múltiplas finalidades, sem agressões maiores em qualquer delas, já que as populações das cidades vizinhas eram ainda pequenas.

Todavia, as denúncias formuladas pelo honrado Engº Plínio de Queirós, no sentido de que a Light teria erigido a sua Usina de Cubatão sem a correspondente disponibilidade de água para movimentar suas turbinas geradoras, não tardaram a se confirmar, pois os mais de 700 metros de desnível entre a Serra do Mar e aquela Usina, passaram a constituir, daí para frente, o ponto maior da cobiça da multinacional, que vislumbrou lucros imensos no aproveitamento hidráulico em queda de tão grandes proporções.

Foi o início, portanto, do desencadeamento, previamente estudado de forma meticulosa, das manobras de todo o tipo, com o único objetivo de promover a reversão de águas de outras bacias hidrográficas, para lançá-las na Usina de Cubatão.

Em 1.924, portanto, como a Light desejou, conseguiu levar, também o Guarapiranga para lançá-lo em Cubatão, assim os dois grandes mananciais de que dispunha São Paulo, foram anulados.

O grande Engº Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, patrono da Engenharia Sanitária Nacional, verdadeira glória de engenharia brasileira, foi quem, através de estudos iniciados em 1905, a pedido de Carlos Botelho, então Secretário da Agricultura e publicados em 1911, indicou os dois grandes mananciais como indispensáveis ao futuro do abastecimento de água de São Paulo. Tais estudos constituem a base da planificação do abastecimento de água da Capital.

Em estudo posterior, publicado em 1925, sob o título de “**Melhoramentos do Rio Tietê**”, o mesmo Saturnino de Brito, demonstra a necessidade do controle de todos os afluentes do Rio Tietê, a montante da Capital (acima da Capital) e nas suas nascentes à altura de Salesópolis além da construção de barragens nos Rios Taiaçupeba, Jundiaí, Biritiba e Claro, para a contenção das enchentes da Capital. Além disso, com o controle da vazão do rio, acumulando água nas cheias e liberando-as nas secas, o Tietê teria o seu nível estabilizado, permitindo a navegação e o abastecimento de água, como acontece em diversas metrópoles do Mundo. Paris se abastece do Rio Sena, Londres do Tâmisa, New Orleans, do Mississippi.

Lamentavelmente, Saturnino de Brito é um nome pouco conhecido da maioria de nossa população, contudo, seu nome e suas obras podem ser perfeitamente comparadas ao nível de um Euclides da Cunha. Suas obras foram editadas, também, na França, onde Édouard Imbeaux, um dos maiores mestres franceses no campo da medicina e engenharia sanitária, dedicou ao engenheiro brasileiro, palavras do mais alto elogio, a ponto de considerar “feliz o País que tivesse nos seus quadros técnicos, um engenheiro estatura de Saturnino de Brito”.

A admirável obra desse ilustre e honrado brasileiro “Melhoramentos do Rio Tietê”, consiste de um relatório técnico apresentado ao então Prefeito de São Paulo, Firmiano Pinto, sendo que um dos únicos exemplares localizados, verdadeira relíquia da moderna História de São Paulo, pertenceu ao saudoso Engº Jethero de Faria Cardoso, um dos grandes nomes da luta contra os desatinos da Light em nosso país.

Essa obra, como outras de autoria de Saturnino de Brito não são encontradas nas bibliotecas públicas nem mesmo nas bibliotecas universitárias. Teria a multinacional se utilizado do escuso expediente de fazer desaparecer tais obras de nossas bibliotecas, por serem contrários aos seus interesses?

Tecendo considerações sobre as barragens que a Light construiu a jusante (abaixo) de São Paulo, atualmente denominadas Pirapora e Edgard de Souza, Saturnino Brito assim se refere:

“No ponto de vista das inundações, não se podem considerar aquelas represas como reservatórios reguladores por acumulação, conforme já dissemos, visto que o interesse da companhia é te-las cheias, aproveitando quaisquer chuvas, e o interesse da defesa contra as inundações seria aproveitar todas as oportunidades para as ter quase vazias.”

Mais adiante, Saturnino de Brito revela a sua preocupação com o aumento de um metro na Barragem de Santana do Parnaíba (Edgard de Souza), executada pela Light entre 1909 e 1910:

“ A primeira coisa a saber, vindo de jusante para montante, é a influência do represamento em Parnahyba. A cota do vertedor da barragem, que era anteriormente 708.650 foi elevada de um metro, por acréscimo de alvenaria no coroamento. Será preciso, provavelmente, substituir este acréscimo, por uma barragem móvel que se abrirá nas enchentes ”.

É realmente lamentável constatarmos esta preocupação do patrono da engenharia sanitária brasileira quanto à elevação da barragem em apenas um metro, quando sabemos que, mais tarde, essa barragem foi elevada não de um, mas de nada mais nada menos do que 7 metros, devidamente autorizado pelo então Presidente da República Marechal Dutra, por Decreto nº 22.008, de 29 de outubro de 1946, que atendeu, por sua vez, às recomendações de tecnocratas totalmente insensíveis às consequências da elevação dessa barragem para tamanha altura!

Concluídas em 1952 as obras objeto da concessão do referido Decreto, consumou-se um verdadeiro crime contra São Paulo.

O remanso do rio barrado, que, segundo relatório anual da própria Light referente ao ano de 1952, atinge quase o nível de Guarulhos, provoca a reversão do curso do Rio Pinheiros que é bombeado para a Represa Billings, consumando-se a antiga pretensão da multinacional, de trazer todas as águas para a sua “taça de ouro”, que é a Represa Billings, para produzir lucros em Cubatão, com o sacrifício representado pelo agravamento das grandes inundações, assoreamento e exportação da podridão do Tietê para a Represa Billings.

Todas essas concessões, os atendimentos aos interesses da referida empresa multinacional, representam, sem dúvida, uma atitude pouco patriótica em detrimento dos interesses nacionais, pois, sem falarmos na reversão anti-natural de cursos de rios, na busca de mananciais localizados a quilômetros de distância, para atender a interesses minoritários da Light, das grandes empreiteiras e empresas de projeto, quais sejam a de possibilitá-la a gerar energia elétrica em Cubatão, certamente contribuíram para que se verificasse, como estamos sentindo agora, um atraso nas décadas, no programa de saneamento básico de São Paulo, combate às enchentes, assoreamento, poluição e prejuízo das bacias doadoras do precioso líquido, a medida em que os Planos de Saneamento e Recursos Hídricos executados sob a subordinação do fator energético consumiram fantásticos recursos públicos, sem resultados expressivos para a população.

II - PREJUÍZOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E ECOLÓGICOS DECORRENTES DA REVERSÃO DE ÁGUAS DE OUTRAS BACIAS.

Como já dissemos o início de nosso trabalho, à denúncia de que a Light não teria disponibilidade suficiente de água para movimentar suas turbinas de Cubatão, procurou essa empresa, por todos os meios, buscar água em outros mananciais, para revertê-la para a Usina de Cubatão. E, a bem da verdade, não teve muitas dificuldades em concretizar essa intenção, utilizando-se de métodos corruptos dos mais diversificados possíveis, contando com a “colaboração” de um número tão grande de tecnocratas e da benevolência tácita de administradores e de políticos.

Já na primeira década deste século, fomentou-se, por iniciativa da empresa, forte campanha com o objetivo de impedir o aproveitamento das águas do Rio Tietê para o abastecimento e o saneamento da cidade de São Paulo, então com pouco mais de trezentos milhares de habitantes, através de uma adequado tratamento a ser procedido em suas águas. A argumentação para sensibilizar a população em favor da campanha foi a mais estapafúrdia possível, qual seja, a de que essas águas iriam provocar doenças e que o certo seria captar água potável em mananciais distantes (não devemos confundir o Rio Tietê da primeira década do século com o de hoje, no que diz respeito à qualidade de suas águas).

Contra tal argumentação, grandes nomes da nossa engenharia e medicina, tomaram patriótica atitude, promovendo debates na antiga Sociedade Paulista de Medicina, defendendo o Rio Tietê e seus afluentes como fontes naturais abastecedoras de água em São Paulo. Defenderam esta tese com grande brilhantismo e obstinação na primeira década do século, dentre outros, os honrados nomes de ilustres engenheiros como Theodoro Sampaio, Ataliba do Vale, José Pereira Rebouças e Saturnino de Brito. Também abraçaram esta causa, médicos e sanitaristas da mais relevante expressão na medicina nacional, tais como os ilustres doutores Arnaldo Vieira de Carvalho, Clemente Ferreira, Emílio Ribas, Luiz Pereira Barreto, só para citar os nomes mais conhecidos e que, hoje, honram as denominações de vias e logradouros públicos da cidade.

A essa altura, já se delineava a luta feroz, todavia desigual, entre técnicos e cientistas brasileiros que pretendiam o Rio Tietê regularizado, limpo e saneado e o Grupo Light que já tinha em mente a utilização de suas águas para a exploração energética. Desigual apenas sob o aspecto econômico (poderio da multinacional), porque quanto ao aspecto tecnológico a vantagem era, e hoje o comprovam a situação, daqueles valorosos patriotas que se opuseram à pretensão da empresa.

O poder econômico da empresa alienígena influenciando junto às repartições públicas e, inclusive, aos órgãos de imprensa, foi paulatinamente viabilizando seus objetivos, apoiado na carência de leis específicas, pois o famoso **Código das Águas** só foi decretado em 1934, após anos de tentativas para invalidá-lo e deturpá-lo, em parte bem sucedidas.

No final da década de 50, ocorreu uma grave crise no abastecimento de água da Capital, e da Represa Guarapiranga eram retirados apenas 4 metros cúbicos de água por segundo, que se tornaram insuficientes para o abastecimento. Com o agravamento da crise, firmou-se um dos convênios mais deprimentes e impatrióticos de que se tem conhecimento: um termo de acordo entre a já São Paulo Light S.A. - Serviços de Eletricidade (era Light & Power Company Limited) com o Governo do Estado de São Paulo para regular a utilização das águas da Represa de Guarapiranga, no abastecimento da Capital.

Este acordo foi assinado em 22 de agosto de 1958, por parte do Estado, pelo Governo Jânio Quadros, escorado em “estudo” previamente realizado por uma Comissão composta pelos tecnocratas Oscar Amarante, Alfredo Bandini, Bernardo Gavião Monteiro e José Martiniano de Azevedo Neto, este, ex-Presidente da EMLASA, Empresa de Planejamento de São Paulo em passado recente.

Resumidamente, o referido “acordo” estabelece que os volumes de água superiores a 4 metros cúbicos por segundo que fossem retirados do Guarapiranga, seriam compensados pelo Estado, através de uma das seguintes alternativas:

- a) compensação por volume de água, a ser lançado no sistema hidráulico da concessionária;
- b) obrigatoriedade do Governo de fornecer energia elétrica produzida em suas usinas (CHESP e outras) à “concessionária”, em quantidade equivalente à energia efetivamente perdida, na hipótese de não houver suficiente compensação das perdas verificadas nos volumes de água retirados e em consequência do aumento da adução de quatro metros cúbicos por segundo, para nove e meio metros cúbicos por segundo;
- c) na impossibilidade de atendimento ao item anterior, o Estado indenizará a “concessionária”, pagando-lhe, em moeda corrente, o preço da energia não produzida em função da retirada da água da Represa Guarapiranga.

Este acordo unilateral e nulo de pleno direito, cuja nulidade nunca foi arguída oficialmente pelos Administradores do Estado, encontra-se em plena vigência, não obstante conflitar, flagrantemente, com o decreto de concessão para o aproveitamento dos mananciais da Serra, Decreto nº 16.844, assinada pelo então Presidente da República Arthur da Silva Bernardes em 27 de março de 1925, cujo objetivo era o de “aprovar o plano de obras que a “The São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited” pretende executar nos Municípios de Salesópolis, Santos, Moji das Cruzes, São Bernardo do Campo, Santo Amaro e Itapequerica, no Estado de São Paulo, para aproveitamento da força hidráulica do Rio Tietê e de alguns afluentes e declara a

urgente desapropriação dos terrenos e benfeitorias compreendidos nas respectivas plantas”.

Vale a pena transcrever na íntegra o que diziam o parágrafo único do Artigo e o item “A” do referido Decreto:

“Parágrafo Único - Na execução das obras compreendidas no plano aprovado, a “The São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited, fica obrigada a observar as seguintes condições:

a) não prejudicar o abastecimento de água das populações que seriam naturalmente servidas pelos mananciais a captar”.

Tal dispositivo, como se vê, é suficiente para tornar nulo qualquer acordo que se fizesse ao contrário do que aí se encontra preceituado, constituindo a violação em vergonhoso solapamento das soberanias do Estado de São Paulo e Nacional.

O indício que chega até nós de que o estabelecido naquele acordo lesivo ao interesse público foi totalmente cumprido, nos é dado pelo próprio Relatório Anual da Light, referente ao Ano de 1959, que comunica aos seus acionistas do “fornecimento” de água para a Capital, na ordem de mais de 133 bilhões de metros cúbicos retirada da Represa de Guarapiranga de de mais 11 milhões de metros cúbicos retirados da Represa Billings e destinados ao abastecimento do ABC. Informa, ainda, o mesmo Relatório, que em 1959, a água retirada dos citados reservatórios, ascendia a cerca de 219 milhões de quilowats/hora. Ao preço de cerca de Cr\$. 2,50 por quilowat na época, significa dizer que apenas no ano de 1959, São Paulo teve que pagar a Light cerca de 500 milhões de cruzeiros pela água que sua população bebeu.

Outras lesões ao patrimônio público podem ser citadas, tais como o prejuízo ocasionado à região do Vale do Ribeira pela reversão dos Rios Capivari-Monos, para o sistema Light, pois havia um projeto para erigir no Rio Capivari uma usina hidroelétrica que iria beneficiar essa Região e que, no entanto, deixou de ser construída por “recomendação” dos serviços daquela empresa, a fim de que as águas desses rios pudessem integrar o sistema, após um bombeamento de 70 metros.

A fim de “compensar” tal prejuízo, construiu-se a usina termoelétrica de Juquiá, que consome 60 toneladas de óleo por dia. Imagine-se, hoje, o preço pago pela população para movimentar tal usina, com o valor internacional do barril de petróleo.

III - SISTEMA CANTAREIRA - SANEGRA **POLUIÇÃO DA REPRESA BILLINGS**

Os reservatórios Billings e Guarapiranga, segundo o que estipula o Decreto nº 16.844 de 27 de março de 1925, foram construídos objetivando à conciliação entre o abastecimento de água à população e a geração de energia elétrica e cumpriram, até certa altura, sua finalidade, enquanto a população era relativamente pequena.

A Represa Billings é o maior manancial de água da Grande São Paulo, possuindo cerca de 117 km² de área e 800 quilômetros de margens cobertas por magnífica vegetação.

Em consequência da reversão dos cursos dos Rios Pinheiros e Tietê para suas águas, foi sucumbindo, gradativamente, a uma poluição mortal para a sua fauna, refletindo seus danos atéas praias da Baixada Santista. Mesmo com a recente instalação do Emissário Submarino na cidade de Santos, as praias santistas não ficaram imunes à população, visto que, descendo a Serra do Mar, após o turbinamento na Usina da Light em Cubatão, resíduos dos esgotos atingem as praias através do estuário do Rio Cubatão em maior ou menor grau dependendo das condições da represa.

A degradação, pois, desse importante manancial que é a Represa Billings, causa uma revolta íntima em qualquer cidadão com um mínimo espírito de patriotismo, eis que a atitude lógica e coerente seria preservá-la e recuperá-la para finalidades mais nobres.

E, realmente impõem-se medidas objetivando sua recuperação, levando-se em conta que a energia elétrica gerada em Cubatão representa, atualmente, menos de 5% de toda a energia elétrica produzida no Brasil e, em 1985, com o acionamento de novas turbinas nas usinas hidroelétricas em construção, a Usina Henry Borden irá contribuir com percentuais cada vez mais irrisórios e decrescentes.

Em que pese a importância energética, no caso específico de Cubatão, tal análise valorativa não pode suplantar o interesse maior, que deveria ser o abastecimento de água, o lazer e o fim da penalização social decorrente do sistema de reversão das águas dos Rios Tietê-Pinheiros, representada pelas periódicas enchentes e constante assoreamento.

A degradação dessa represa é ainda mais revoltante quando vemos que, atualmente, em nosso mundo, existem países obtendo água potável através de sofisticadíssimos processos de dessalinização da água do mar, outros, pretendendo o rebocamento de "icebergs" através do oceano para obtenção da preciosa água.

Nós que a temos em abundância, neste manancial geograficamente privilegiado, perigosamente e de maneira irresponsável para com as gerações que nos sucederão, vamos contaminando tudo, sem atentarmo-nos para experiências dolorosas de outros países que poluíram seus mananciais e hoje despendem somas astronômicas na tentativa de recuperá-los. Evidentemente a política mais sensata é a de preservar as fontes, e não a de sofisticar os sistemas de recuperação e tratamento.

A alça principal de abastecimento de água da Capital de São Paulo, hoje, consiste em um sistema de captação cujas obras faraônicas se arrastam desde a administração Abreu Sodré, denominado Sistema Cantareira, e cujos estudos prévios não recomendavam exatamente essa solução. Atualmente, tal sistema anti-econômico subtrai 9m³/seg de água dos Rios Atibaína e Cachoeira, ambos formadores do Rio

Piracicaba e mais 2 m³/seg do Rio Juqueri, este pertencente à bacia do Rio Tietê. Vê-se, portanto, que esse sistema está aduzindo, presentemente, 11 m³/seg de água para São Paulo e está ampliado prevendo-se seu término para breve e trará como consequência a sangria de outro afluente do Rio Piracicaba que é o Rio Jaguari, de onde serão desviados mais 22 m³/seg de água para a Capital, completando a meta do Sistema Cantareira que é o de aduzir 33 m³/seg de água.

Todavia, para a complementação das obras desse dispendioso sistema, existe um obstáculo de 120 metros de altura, a Serra da Cantareira, que está sendo vencido através do bombeamento da água serra acima até atingir o sistema, representando um inusitado desperdício de energia elétrica.

Enquanto se gastam recursos para essa gigantesca obra, constata-se que a Represa Billings e os mananciais do Alto Tietê, possibilitam adução de água para a Grande São Paulo por simples gravidade. Água poluída, pergunta-se? Não, água potável decorrente do dadivoso regime de chuvas da Serra do Mar que alimenta todos estes prodigiosos mananciais ainda intactos.

Um dos aspectos mais lesivos da implantação da fabulosa obra de anti-engenharia do Sistema Cantareira, além de seu astronômico custo, é o irreparável prejuízo social, ecológico e econômico à 5ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Infelizmente, esse sistema encontra-se quase que totalmente consumado apesar das advertências de técnicos de gabarito e dos protestos de cidadãos realmente preocupados com os destinos dos mananciais que envolvem a Região da Grande São Paulo.

Por exemplo, o Engº Joaquim Faria Cardoso, antigo Diretor Geral do DAE - Departamento de Águas e Esgotos, já em 08 de outubro de 1969, assim se manifestava, conforme entrevista à Folha de São Paulo:

“Na elaboração de um programa prioritário de obras, o Juqueri nunca deveria ter sido colocado em primeiro lugar. O atual Governo, antes de tomar posse, justamente preocupado com o abastecimento de água da Grande São Paulo, solicitou a um consórcio de engenheiros consultores - CNEC - é a sigla - um estudo que lhe permitisse elaborar um programa de obras objetivando a solução adequada do problema”. “Esse relatório, foi entregue em setembro de 1968 e dele consta a classificação de todas as possíveis fontes de suprimento, de acordo com dois critérios: o primeiro quanto à cota e distância de cada um deles e o segundo, quanto às possibilidades de cada um com relação à viabilidade de geração de energia elétrica”.

“Pois bem, de acordo com o primeiro critério, o Juqueri foi classificado em 5º lugar, logo após o Alto Tietê. De acordo com o segundo, o Juqueri foi classificado em 7º lugar e o Alto Tietê em primeiro lugar. Apesar disso, preferiram dar prioridades à execução de obras do Juqueri, desprezando soluções mais econômicas e naturais como seriam a utilização dos recursos hídricos do Alto Tietê”.

Convém assinalar que, na época, o Sistema Cantareira era denominado, oficialmente, de “Sistema Juqueri”. A substituição de nomenclatura provavelmente ocorreu em decorrência das constantes críticas proferidas pelo honrado Engº Plínio de Queirós, cujo busto esculpido encontra-se com muito mérito no Salão Nobre do Instituto de Engenharia de São Paulo. O saudoso Engº Plínio de Queirós, grande estudioso da matéria, costumava referir-se ao “Sistema Juqueri” como o “Sistema dos Loucos”, em reuniões na gloriosa Casa de Paula Souza.

O Projeto de SANEGRA, outra grande mutilação derivada da indefectível influência da multinacional nos meios técnicos, políticos, administrativos e jurídicos de nosso País, é o 5º grande projeto de saneamento nos últimos trinta anos, que, inexplicavelmente veio modificar para pior, um outro projeto desenvolvido durante a Administração Laudo Natel, denominado SOLUÇÃO INTEGRADA.

A SOLUÇÃO INTEGRADA foi desenvolvida em harmonia com o PMDI - Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado, ou seja, adequando-se às distinções de áreas urbanas, áreas livres de tratamento paisagístico e de proteção aos mananciais. As obras da SOLUÇÃO INTEGRADA chegaram a ser parcialmente executadas (interceptores), submetidas a concorrência pública (Túnel Leopoldina-Juqueri) e possuía recursos liberados através do Banco Nacional da Habitação.

Tendo-se em vista que um sistema completo de esgotos compreende coleta, interceptação, afastamento, tratamento e disposição final, a SOLUÇÃO INTEGRADA pretendia coletar e interceptar os esgotos de São Paulo, afastando-os, através de um túnel sob o Maciço da Cantareira, e, por gravidade, levá-los para o Vale do Juqueri, onde, numa primeira etapa seriam tratados pelo sistema de lagos de oxidação e, em etapa posterior; através de estação de tratamento pelo sistema de “lodos ativados”. O principal mérito desse projeto consistia na localização dos esgotos em área afastada do convívio urbano, com a proteção natural representada pelo Maciço da Cantareira, colocado entre São Paulo e o Vale do Juqueri, proporcionando segurança no tocante aos inevitáveis maus odores e outros inconvenientes decorrentes do processamento.

Além dessa vantagem, a SOLUÇÃO INTEGRADA previa o atendimento a uma tendência natural de encaminhar os efluentes (esgotos tratados), através de seu caminho natural, Tietê abaixo, onde, na transição do Alto para o Médio Tietê, as zonas de corredeiras e encachoeiradas, seriam depurados os 15% de carga poluidora remanescente. (O tratamento secundário proposto pela SOLUÇÃO INTEGRADA ou pelo SANEGRA removem 85% da carga poluidora dos esgotos).

Convém assinalar que a persistir a absurda e vigente determinação que mantém a reversão das águas do Tietê-Pimheiros para a Represa Billings, a SOLUÇÃO INTEGRADA possuía total flexibilidade, bastando que os interessados na produção de energia bombassem do nível Pirapora para o nível Edgard de Souza. Naturalmente, esta alternativa seria igualmente repudiada pela Comissão de Defesa da Represa Billings, que defende o fim da reversão do Rio Pinheiros.

O sacrifício, pois, da Represa Billings, o maior manancial de água potável da Grande São Paulo, é totalmente inconcebível, em função dos múltiplos aspectos de penalização social que sua poluição impõe à população.

Se não, vejamos:

1) Necessitamos das águas da Represa Billings não só para alimentarmos ideais de ordem estética, mas, principalmente, por imperativo de sobrevivência, pois a represa devidamente saneada, pode fornecer 16,6 m³/seg de água (hoje, são captados apenas 3,5 m³/seg, para abastecimento do ABC).

2) A Represa Billings não gera poluição - recebe-a por importação, através de um sistema eletro-mecânico concebido pela anti-engenharia.

3) A população da região da Grande São Paulo e muito especialmente a da Região do ABC, diretamente atingida pela contaminação da represa, é, predominantemente, de classe trabalhadora e já fortemente penalizada por múltiplos fatores de poluição, não obstante ser responsável por expressiva parcela do produto industrial do País.

As águas lípidas e a exuberante vegetação das margens da represa poderão ser convertidas em locais aprazíveis para o contato com a natureza, lazer, esportes, diversões, pescarias; onde qualquer trabalhador poderá ter acesso, pagando tão somente o preço de uma simples passagem integrada Metrô-ônibus.

A propósito, devemos aplaudir e realçar as recentes iniciativas tomadas pelo Governo Federal por ocasião do transcurso do Dia Mundial do Meio Ambiente, ampliando a área dos parques nacionais, uma medida realmente louvável em benefício da Ecologia.

Os parques nacionais existentes, todos muito importantes sob o ponto de vista ecológico, ficam situados geralmente distantes dos grandes centros urbanos.

A conversão em parque nacional ou estadual das áreas compreendidas às margens das Represas Billings, Guarapiranga e mananciais do Alto Tietê poderia representar para a população da Região Metropolitana de São Paulo, uma verdadeira compensação, em termos de preservação da natureza, para uma vida agitada e em contato com as mais variadas formas de poluição inerentes ao maior centro industrial da América Latina. Um parque natural que poderia ser desfrutado por milhões de pessoas, cerca de dez por cento da população do País, e justamente as que mais carecerem de atividades ligadas à natureza.

A perspectiva de recuperação e preservação da Represa Billings tornou-se mais sombria a partir do Projeto SANEGRA e da representação do ex-ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki ao Procurador da República com o objetivo de impugnar as leis nºs 898, de 18 de dezembro de 1975 e 1172, de 17 de novembro de 1976, estabelecendo, ambas, áreas de proteção aos mananciais.

O Projeto SANEGRA desenvolvido no governo Paulo Egydio Martins substitui a SOLUÇÃO INTEGRADA, plano que já havia sido iniciado no governo anterior, a rigor constitui apenas uma modificação para pior, contemplando a indústria Norte-americana de equipamentos e projetos bilionários, adotando uma sofisticação desnecessária e incompatível com nossa situação de País pobre.

A modificação implicou, exatamente, na retomada da perspectiva “conquistada” com unhas e dentes pela light de eternização dos mecanismos de reversão das águas, pois o SANEGRA transferiu o principal local de tratamento de esgotos para Municípios densamente povoados como Barueri e Carapicuíba, cujos habitantes só há pouco vislumbraram o grande mal que isso irá causar às suas comunidades.

Os técnicos que projetaram tal modificação (SANEGRA) desprezaram a gravidade como meio de transporte do gigantesco volume de 63 m³ / seg de esgotos, que, do ponto de convergência da coleta em Vila Leopoldina para chegar a Barueri, precisará ser suspenso através de bombeamento a uma altura de 22 metros, para após o tratamento, os efluentes (esgotos tratados) serem lançados no Rio Tietê, no mesmo nível inicial.

O Projeto SANEGRA não esconde a sua intenção de encaminhar os efluentes portadores de 15% de carga poluidora para a Represa Billings e, além disso, com a localização da estação de tratamento em Barueri, nenhum administrador em sã consciência, irá desprezar o custo astronômico da obra e manutenção do inusitado bombeamento no transporte dos esgotos de Leopoldina-Barueri, sob pena de torná-lo um monumento à insensatez e, assim, os efluentes só teriam um destino - a Represa Billings.

Todavia, os adeptos do Projeto SANEGRA fazem a seguinte indagação: a Represa Billings, hoje, recebe esgotos brutos e, com a implantação do SANEGRA, receberá esgotos tratados a nível de 85%. Qual, então, a reclamação?

Nada mais ilusório.

A Represa Billings recebeu da reversão do Rio Pinheiros, por muito tempo, praticamente 100% dos esgotos de São Paulo, ou seja, aproximadamente, de quatro milhões de habitantes que dispõem dos serviços de coleta de esgotos, incluindo os resíduos industriais.

O SANEGRA prevê para o ano de 2.000, a Região da Grande São Paulo com uma população com cerca de 24.000.000 de habitantes, todos dispondo (é o que prevê o projeto) dos serviços de coleta de esgotos. Considerando, a melhor das hipóteses, que o SANEGRA cumpra seus objetivos de tratamento, removendo 85% da carga poluidora, os 15% remanescentes, produto dos esgotos de vinte e quatro milhões de pessoas, serão suficientes para manter a poluição da Represa Billings nos níveis atuais ou ainda piores!

Isso nem o próprio SANEGRAAN esconde: a D.B.O. (Demanda Bioquímica de Oxigênio) na Represa Billings atualmente é de aproximadamente 230 toneladas/dia, isto é, após um investimento hoje estimado em cerca de 10% da atual dívida externa brasileira, ela estará igual ou pior do que hoje, sendo o escopo desta absurda penalização e de todas as demais decorrentes do sistema de reversão, a geração de energia elétrica em uma única usina, cuja produção é pouco representativa, comparada aos males sociais, ecológicos e econômicos que ela proporciona.

A implantação, portanto, desse projeto implica nas seguintes consequências realmente graves:

- 1) A anulação do principal manancial de água potável próximo à Região Metropolitana da Grande São Paulo.
- 2) Transformação da condição de vida da população, muito mais árida, sem natureza, lazer, esportes ao ar livre, etc.
- 3) Perpetuação da poluição das praias da Baixada Santista, considerando a perda de volume de armazenamento da represa pelo assoreamento e a compartimentação de seus braços.
- 4) A procura de água para beber em mananciais cada vez mais longínquos a custos e prejuízos incalculáveis.
- 5) A permanente convivência com o assoreamento e com as enchentes.
- 6) A penalização das populações de Barueri e Carapicuíba, dois vicejantes municípios da Região, evidente potencial natural para a expansão da metrópole em direção Oeste, com a localização em plena zona urbana dessas cidades, de uma estação de tratamento de esgotos, a maior do mundo, segundo os autores do projeto. É de registrar-se que na SOLUÇÃO INTEGRADA a localização da estação de tratamento dos esgotos de São Paulo situava-se em local desabitado, no Vale do Juqueri, numa etapa inicial, próximo à Fazenda Itahyê; de propriedade da família do então Governador de Estado, responsável pela modificação.

A sensibilidade (ou total falta de sensibilidade) dos autores do Projeto SANEGRAAN pode ser avaliada através das palavras textuais constantes do relatório técnico publicado na Revista do D.A.E., explicando o porque da transferência da estação de tratamento de esgotos de São Paulo, de local desabitado para as zonas urbanas de Barueri-Carapicuíba:

“A Alternativa III é a mais favorável, uma vez que sua principal estação de tratamento de esgotos, localiza-se no Município de Barueri, cidade-dormitório de São Paulo, predominando entre seus moradores os de classe operária, que deverá constituir no maior contingente de mão-de-obra requerida.” (grifo nosso).

Em suma, Barueri e Carapicuíba, naquela localização, perdem um parque ecológico, previsto no P.M.D.I. e ganham a privada de São Paulo e a Represa Billings continuará a ser o depositário dos efluentes.

IV- PRETENSÃO DE AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE GERADORA DA USINA HENRY BORDEN

Como verificamos, as manobras realizadas para privilegiar os interesses da Light encontram-se em pleno curso, apesar da recente aquisição desta Empresa pelo governo brasileiro. O Sisitema Cantareira e o SANEGRAN, ambos gerados pelo ventre da Light, foram concebidos com o objetivo de após a sua consecução, possibilitar condições para uma nova ampliação da capacidade geradora da Usina Henry Borden, o que significaria a perpetuação de todas as nefastas consequências citadas nesse trabalho.

O SANEGRAN, tal como se encontra no momento, não é ainda irreversível, visto que o primeiro módulo da Estação de Tratamento de Esgoto de Barueri, módulo esse com 7 m³/ seg de capacidade, poderia ser convertido em estação de tratamento de menor porte e descentralizada, a exemplo das projetadas para a região do ABC e Suzano.

Paralelamente, é necessário repudiar com toda a veemência, qualquer pretensão de aumento da capacidade geradora na Usina Henry Borden, caso contrário o desastre continuará e não serão as obras paliativas de aumento da calha do Rio Tamanduateí e, tampouco, as fortunas gastas com o desassoreamento que irão resolver o problema das enchentes na Grande São Paulo, e muito menos, os demais sérios inconvenientes citados.

V- A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO.

Com a consciência da preservação ambiental é acima de tudo uma questão de cultura, inteligência e sensibilidade, desgraçadamente o País encontra-se muito longe de contar com segmentos da sociedade que sejam atuantes e numericamente expressivos, para realizar pressões adequadas à contenção da voraz devastação do verde e da poluição crescente do ar e das águas.

Não se pode fugir a realidade indissimulável dos mais diferentes interesses que campeiam apontando hipocritamente pretextos desenvolvimentistas para consumarem irreparáveis danos ao equilíbrio indispensável entre os ecossistemas natural e cultural.

A legislação de proteção aos mananciais da Grande São Paulo (Lei nº 1.172/76- Decreto nº97.141/77, Lei nº 2.177/79 - Decreto nº 15.037/80, Lei nº3.286/82) constitui significativo avanço na legislação ambiental; em que pesem os esforços para anulá-la, que passam desde a impugnação pretendida pelo Ex-Ministro das Minas e Energia, como já citamos, até as engenhosas manobras dos especuladores imobiliários inconformados com o modelo de ocupação restritivo que refreia a sofreguidão pela conquista de lucros fáceis advindos dos loteamentos de alta densidade populacional e da implantação indiscriminadas de indústrias.

Assistimos ao final da legislatura passada na Assembléia Legislativa de São Paulo, a aprovação por decurso de prazo de uma lei retirando 69 quilômetros quadrados de áreas protegidas no município de Mogi das Cruzes (nascentes do Rio Tietê) , como rendição vergonhosa a interesses da especulação, o que constitui absurdo e perigoso precedente a ameaçar os objetivos do elenco de Leis e Decretos de proteção aos mananciais, que ao invés de restringidos, deveriam, isto sim, serem ampliados a outras regiões do estado e mesmo do País, segundo as potencialidades locais.

Outro expediente utilizado corriqueiramente para desmoralizar a legislação de mananciais, consiste na proliferação de loteamentos clandestinos e estímulos a invasões consumadas não somente pelos próprios especuladores, como também por demagogos à busca de simpatias eleitorais com o substrato mais penalizado e miserável da população da Grande São Paulo.

Por omissão do poder público na difusão dos benefícios da lei, aliado a mais total ausência de fiscalização, estima-se em quase um milhão, a quantidade de habitantes assentados irregularmente nas áreas protegidas pela Lei de Mananciais na Metrópole de São Paulo.

Finalmente, o próprio poder público viola flagrantemente a legislação de proteção aos mananciais, estendendo benefícios incompatíveis com o uso do solo restrito, tais como duplicação de rodovias de acesso (Estradas de Parelheiros e M'Boi Mirim) e absurda extensão de ramal ferroviário da FEPASA até Parelheiros, felizmente ainda não totalmente consumada.

Aos interesses da especulação nas áreas de proteção aos mananciais, aliam-se os das grandes empreitadas de obras e empresas do projeto, ávidas de anularem definitivamente os mananciais do Alto Tietê e as Represas Billings e Guarapiranga, pois assim criariam as condições para a implantação do famigerado "Plano Juquiá", que pretende buscar águas para o abastecimento público de São Paulo no Vale do Ribeira, vencendo por bombeamento o absurdo desnível de 552 metros de altura.

O "Plano Juquiá", cuja estimativa de custo inicial está em torno de 2,3 bilhões de dólares, constitui uma reserva de mercado de grandes negócios, contra os mais legítimos interesses de São Paulo.

VI- REPRESAS BILLINGS E NASCENTES DO TIETÊ, AS CAIXAS D'ÁGUA DE SÃO PAULO.

As quase oito décadas de subordinação dos Recursos Hídricos de São Paulo aos interesses comerciais da antiga Light, deixaram não somente o legado sinistro de estruturas obsoletas construídas pela anti-engenharia, como também foi responsável por uma significativa influência na formação técnica e política da maioria dos profissionais ligados ao ramo do saneamento e da hidráulica.

A velha Light conseguiu subordinar o saneamento e demais interesses públicos do aproveitamento das águas ao seu esquema comercial de geração de energia elétrica, o que persiste ainda nos dias de hoje, tanto pela influência na formação dos profissionais do setor, quanto pelos gigantescos interesses de obras faraônicas justificadas pela manutenção do arcaico sistema de reversão das águas do Alto Tietê para a Baixada Santista.

Assim, um grupo restrito de empresários beneficia-se com as intermináveis obras paliativas da conhecida “indústria das inundações”, e mais o fabuloso negócio do desassoreamento permanente resultante da transformação do Alto Tietê em lago de esgotos.

O atual Governo em abril de 1984, procurando cumprir o programa de Governo a que se comprometeu publicamente em campanha eleitoral, implantou a “Operação Saneamento”, com o objetivo de iniciar na prática o processo de Recuperação da Billings.

Reduziu-se drasticamente o bombeamento de esgotos do Tietê, e a recuperação da Represa foi tão significativa, que o Sr. Governador em pessoa foi inspecioná-la, acompanhado de grande comitiva no dia 29 de julho de 1983.

Contraditoriamente a Proposta de Governo que prometia “Rever o uso das águas concebido pela antiga Light não mais lançando o Tietê e o Pinheiros na Represa Billings”, a Secretaria de Obras do Estado anunciou com grande repercussão na imprensa a intenção de aumentar a capacidade de bombeamento de esgoto para a Billings, rigorosamente segundo o que preceitua o “PLANO SANESP” desenvolvido na administração Paulo Salim Maluf, a custo exorbitante, sob a orientação técnica dos mesmos responsáveis pelos fracassos do “Sistema Cantareira” e “Projeto SANEGRAN”.

Em fevereiro de 1984 sob pressão dos prefeitos da região do Médio Tietê Superior, suspendeu-se a “Operação Saneamento”, cedendo lugar a “Operação Balanceada” consiste em dividir meio-a-meio as águas do Alto Tietê entre a Represa Billings e o curso natural do rio.

A pretensão de recuperação do Tietê manifestada pelas comunidades ribeirinhas à jusante de São Paulo são absolutamente legítimas, contudo é inaceitável a idéia de preservação do Tietê a custo da “EXPORTAÇÃO” de esgotos para a Billings e Baixada Santista.

A preservação do Tietê além de requerer o empenho de várias administrações na realização gradativa de um projeto viável de esgotos sanitários na Grande São Paulo, passa pela necessidade não menos urgente de equacionar o problema do gigantesco volume de esgoto produzido nos trechos do Tietê à jusante de São Paulo, e pelos seus tributários como os Rios Jundiaí, Capivari, Sorocaba e Piracicaba, só para citar os principais cuja situação sanitária vem sendo agravada pelos efeitos da monocultura canavieira.

Impõe-se a apresentação de um Plano Integrado de Saneamento, que deve incluir o disciplinamento do uso do solo na Bacia do Tietê e seus afluentes cujas áreas estão cada vez mais comprometidas por ocupação e uso desordenados.

Assim, as lutas pela recuperação do Tietê são legítimas, mas não as pressões fantásticas surgidas quando da recente liberação de recursos do Banco Mundial ao BNH, para obras de saneamento, afinal o SANEGRAN, além de economicamente inviável, não trata um só litro de esgoto que ingressa no Tietê Médio Superior a partir da Metrópole de São Paulo.

Com o retorno dos esgotos para a Billings através da “Operação Balanceada”, o maior manancial de água potabilizável da Grande São Paulo fica ameaçada anulação definitiva, para regozijo dos mesmos grupos da especulação e das obras faraônicas que conspiram também contra os mananciais do Alto-Tietê.

Os dez por cento da população do Brasil concentrados na Metrópole de São Paulo, responsáveis pela mais expressiva parcela do produto industrial do País, merecem ao invés de águas fétidas e contaminadas, a garantia do abastecimento de água de suas casas e um grande parque de lazer e mantenedor do equilíbrio ecológico.

Estudos recentes da CETESB- Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo, (inclusive nos documentos anexos) dão conta de estarrecedora constatação, segundo a qual os milhares de pescadores que procuram a represa por lazer ou necessidade de suplementação protéica, estão consumindo peixes com contaminação muito acima dos limites máximos toleráveis para metais pesados.

Este é o quadro dramático de um dos mananciais que podem suprir as muito breves pesadas deficiências no abastecimento público da Metrópole de São Paulo.

Ao invés de reproduzirmos grandes obras e sofisticação de tratamentos, precisamos urgente e inadiavelmente preservar as fontes.

VII- CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- Considerando os prejuízos à 5ª Região Administrativa de São Paulo, levados a efeito pelo “Sistema Cantareira” que subtrai água das progressistas cidades como Campinas, Piracicaba, e muitas outras;
- Considerando a virtual falência do “PROJETO SANEGRAN”, que após investir mais de meio trilhão de cruzeiros, e tendo como uma das metas o tratamento em 1983 de 15.100 litros por segundo de esgoto, não logrou realizar nem 1% (um por cento) deste objetivo. (Presentemente, o SANEGRAN trata apenas 120 litros por segundo de esgoto na Estação de Suzano);
- Considerando a poluição do Rio Tietê gerada ou não na Região Metropolitana de São Paulo, assim como a de outros rios importantes do Estado;
- Considerando os estudos existentes (da SABESP) que apontam para o ano 2000, uma demanda em torno de 105 metros cúbicos por segundo para o abastecimento de água potável na Grande São Paulo, contra os 37 m³/ seg produzidos atualmente;
- Considerando que as chamadas “macro-inundações” de São Paulo estão, em parte, vinculadas com a subordinação tradicional dos Recursos Hídricos à geração de energia elétrica.

Impõem-se a necessidade urgente da revisão do uso das águas concebidas pela antiga Light e de outros interesses de grandes e desnecessárias reservas de mercado em obras faraônicas, (como por exemplo o Plano SANEGRAN, o Plano Juquiá e a compartimentação da Represa Billings), a favor da implantação de soluções mais singelas existentes e capazes de estabelecer um só múltiplo das águas da Grande São Paulo minimizando os impactos ambientais produzidos pelo atual sistema de reversão de Alto-Tietê para a vertente marítima na Baixada Santista.

É necessário incluir prioritariamente com metas dos próximos Governos, a implantação de um sistema de coleta, interceptação, afastamento, tratamento e disposição final de esgotos de São Paulo e Interior, atentando para Soluções Integradas aos Planos de Desenvolvimento de cada região de acordo com as nossas condições de País pobre.

As indústrias precisam obrigatoriamente dispor de sistemas eficientes de tratamento, lançando águas recuperadas diretamente nos rios ou nas redes públicas de esgoto.

É imperativa a proteção de todos os mananciais do Estado e do País indistintamente, através da sub-divisão por Bacias Hidrográficas com leis específicas de acordo com as características de cada região gerenciadas por agências de proteção ambiental compostas pelos Governos locais, representação da comunidade científica (universidades) e da sociedade civil.

Na Grande São Paulo especificamente, aguarda-se para breve uma reformulação da política global dos Recursos Hídricos, que não seja a repetição monótona do conteúdo do "PLANO SANESP" realizados pelos mesmos homens que há duas décadas vem se alternando, ora no serviço público, ora como serviçais de grandes interesses privados, que levaram o saneamento, a situação de centralização e insolvência que presenciamos estarrecidos.

Anexos volumes I,II e III com resumo documental das afirmações deste depoimento.

Brasília, 20 de setembro de 1984.

FERNANDO VÍTOR DE ARAÚJO ALVES

Comissão de Defesa da Represa Billings
Presidente

Associação Brasileira de Proteção à Natureza
Vice-Presidente